

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21 a 25/11/2016

- [PRF faz campanha nacional em apoio a crianças com câncer](#)
- [Tribunal firma parceria para melhorias no sistema socioeducativo](#)
- [Filipinas propõe lei que reduz maioria penal para 9 anos](#)
- [Operação da Polícia Federal combate pornografia infantil em 16 estados](#)
- [Suspeito detido por pedofilia na internet é liberado após pagar fiança](#)
- [UNICEF alerta para violações dos direitos da criança em conflitos armados](#)
- [Procuradoria pede reclassificação para tortura de crime contra menor de 14 anos](#)
- [Casal que criou neto como filho e dependia dele tem direito a receber pensão por morte](#)
- [Conselho Nacional dos Direitos Humanos e organismos de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente realizam missão conjunta](#)
- [Taxa de casamentos precoces na América Latina preocupa, diz especialista](#)
- [Conselho Nacional de Direitos Humanos cria grupo de trabalho e visita unidades socioeducativas de Pernambuco](#)
- [Projeto “Amparando Filhos” faz sucesso em Goiás ao ajudar crianças e mães encarceradas](#)
- [‘Infância em famílias homoafetivas’ e Estatuto das Famílias em pauta no Senado Federal](#)
- [II FONAJUP reúne juízes de todo o País para debater mudanças na área protetiva de crianças e adolescentes](#)
- [Comissão da Infância e da Juventude da AMB debate mudanças no ECA](#)
- [Petrolina - Vara da Infância e Juventude realiza mutirão de audiência para combater violência em escolas](#)
- [Petrolina - Vara da Infância e Juventude realiza mutirão de audiência para combater violência em escolas](#)
- [Vara da Infância e Juventude do Cabo lança programa de apadrinhamento](#)
- [Parentes denunciam torturas e mortes no sistema socioeducativo de Pernambuco](#)
- [Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo defende desencarceramento](#)
- [Site do Tribunal de Justiça paulista esclarece dúvidas sobre adoção](#)
- [Sala lúdica acolhe filhos de pais que participam audiências de conciliação](#)
- [Delegações de 27 países da América Latina e Caribe debatem trabalho infantil em Fortaleza](#)

- [Pesquisa de Registro Civil do IBGE mostra queda da mortalidade infantil e redução de registros tardios](#)
- [Comissão de Cidadania debate condições de funcionamento da Funase](#)

Assunto: PRF faz campanha nacional em apoio a crianças com câncer

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 21/11/2016



Crianças com câncer e suas famílias visitam a PRF durante ação para lembrar o Dia Nacional de Combate ao Câncer

Em 23 estados do Brasil, pelos menos 3 mil policiais rodoviários federais participam ao longo da semana de atividades do projeto Policiais contra o Câncer Infantil. A iniciativa surgiu em 2014 com o objetivo de marcar a data 23 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil.

Em Brasília, as ações começaram nesta segunda-feira (21) com a visita de crianças com câncer e outras doenças raras à sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Logo

cedo, um grupo de 88 pessoas, entre crianças, voluntários e pacientes, saiu pelas ruas de Brasília em um ônibus escoltado por policiais e seguiu até a sede da PRF.

As crianças puderam passear nas viaturas, entrar no helicóptero, conhecer a ambulância de atendimento emergencial, brincar ao som das sirenes, assistir a uma apresentação de teatro e ainda chegar bem perto de cães farejadores. Essa foi a parte preferida de Armando Silva, 6 anos. “Achei muito legal, eu nunca tinha visto um cachorro desse tamanho. Eu jogo, ele pega”, disse Armando enquanto jogava um objeto para o cão farejador.



Armando Silva brincou com os cães farejadores

Armando tem uma imunodeficiência rara e precisa de transplante de medula. Ele é de Cantá, cidade do interior de Roraima e há três anos faz o tratamento pela rede pública do Distrito Federal. Junto com sua mãe, Deydiane Silva, 29 anos, ele passa meses em Brasília e apenas alguns dias na terra natal. “Pra gente isso aqui é uma distração muito grande, porque a vida do hospital é muito desgastante. É estressante, até a medicação para ele tomar às vezes é uma

tortura e, hoje, por causa da atividade, ele tomou e nem lembrou que era remédio”, contou a mãe.

Outra atividade que encantou as crianças foi o corte de cabelo de alguns policiais, que, em solidariedade aos pequenos pacientes, decidiram raspar a cabeça. “Essa interação com as



Crianças raspam os cabelos de policiais rodoviários

crianças humaniza a atividade policial. Vamos raspar a cabeça para que elas se sintam parecidas com a gente. Para as crianças, os policiais têm uma imagem de herói. Então, a gente dá a nossa imagem de herói para que elas acreditem que podem vencer e enfrentar o que elas têm sofrido”, afirmou o policial Igor de Carvalho Ramos.

Para José Teógenes Abreu, presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos da PRF no DF, o principal resultado é a

aproximação da PRF nas comunidades. “Nós que trabalhamos com armas, nosso uniforme muitas vezes afugenta as pessoas. É preciso que nos momentos em que não estamos em operações, a gente se misture, a gente se aproxime da comunidade e faça esse convite, para que a comunidade conheça melhor o nosso trabalho e possa respeitar, não precisa temer. Tem essa finalidade social”, destacou.

Desafios da assistência

As crianças que participaram da atividade em Brasília são assistidas pela Abrace, associação responsável pela assistência e apoio aos pacientes e seus parentes na capital federal. Atualmente, cerca de 6 mil pessoas, considerando as crianças com seus parentes, são acompanhadas pela ONG desde o diagnóstico até o tratamento.

“Este é um momento maravilhoso, porque é uma coisa muito distante da realidade desses meninos. Eles nunca viram um helicóptero pousar tão pertinho deles nem a apresentação dos cães. Tivemos também o corte de cabelos dos policiais, para que essa criança se sinta empoderada, se sinta igual ao policial. Então é um momento em que a criança vai esquecer que ela é um paciente. Isso faz muito bem para o tratamento de doenças tão complexas como o câncer”, afirmou Ilda Peliz, presidenta da Abrace.

Entre as ações de apoio feitas pela Abrace estão a melhora da residência familiar, doação de alimentos e medicamentos, ajuda na realização de exames e o suporte dentro do hospital por meio dos voluntários. A ação dos policiais chega em um momento oportuno para a associação. “A principal dificuldade é financeira. Vivemos de doações, não temos ajuda governamental e essa crise afetou nossa arrecadação, muita gente deixou de doar ou diminuiu valor, então temos diminuído algumas obras”, contou Ilda.

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que em 2016 e 2017 o câncer infantil deve atingir aproximadamente 12,6 mil crianças no Brasil, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. Os linfomas no sistema linfático, no sistema nervoso central e as leucemias são as ocorrências de câncer mais frequentes na infância e na adolescência. O diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento especializado garantem a cura em pelo menos 70% dos casos, segundo o Inca.

Assunto: Tribunal firma parceria para melhorias no sistema socioeducativo

Fonte: CNJ

Data: 21/11/2016



O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) firmou parceria com o Governo do estado para a instalação do Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente (NAI). A assinatura dos documentos foi durante solenidade realizada no Palácio da Abolição, no dia 9 de novembro, e contou com a presença da presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale e do governador Camilo Santana, além do juiz titular da 5ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza, Manuel Clístenes de Façanha. A cooperação entre os Poderes faz parte das ações desenvolvidas pelo Pacto por um Ceará Pacífico.



Durante a solenidade, a desembargadora Iracema Vale assinou o Protocolo de Cooperação Interinstitucional que garantirá maior atuação voltada para adolescentes em conflito com a lei. Também representando o Judiciário, o magistrado Manuel Clístenes participou da assinatura do Termo de Compromisso para Gestão Operacional dos Serviços e Obras do NAI. Os serviços de revitalização e urbanização do Núcleo serão custeados pelo governo estadual, no prazo de 300 dias, e receberá investimentos de R\$ 5,4 milhões.

“Nós tomamos a decisão de reestruturar ou redimensionar o sistema socioeducativo do estado do Ceará sempre com o olhar de que o problema da violência não se resolve só com polícia. O problema da violência é muito maior”, disse o governador Camilo Santana, que defende a realização de parcerias e políticas que possam reduzir a violência no estado.

Para o juiz Manuel Clístenes o NAI disponibilizará um cenário mais humanizado e eficiente. “O estado do Ceará sai como pioneiro nessa iniciativa. Existem outros NAIs pelo Brasil, mas nenhum deles será tão completo, eficiente, bem estruturado, bem planejado, quanto esse NAI do estado do Ceará, que vai se tornar uma referência no país em termos de atendimento inicial e atendimento final do adolescente que pratica o ato infracional”, destacou.

NAI - O Núcleo de Atendimento Integrado ao Adolescente, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o primeiro a ser instalado na região nordeste. O objetivo é possibilitar uma ação conjunta e integrada entre Poder Judiciário, representado pela 5ª Vara

da Infância e Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública, e a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), entre outros setores que atuam no atendimento a jovens infratores.

Assunto: Filipinas propõe lei que reduz maioria penal para 9 anos

Fonte: Portal G1

Data: 21/11/2016



Crianças filipinas saem com as mãos na cabeça acompanhados por professores enquanto participam de uma simulação de terremoto no segundo dia de aula em uma escola de Paranaque, na região metropolitana de Manila

Um projeto de lei nas Filipinas, apoiado pelo presidente Rodrigo Duterte, que permite que crianças de nove anos sejam presas, gerou alarme nas Nações Unidas e nas associações de defesa de menores nesta segunda-feira (21).

Os aliados do presidente filipino na Câmara de Representantes querem adotar esse projeto de lei, que prevê a restauração da pena de morte e a redução da maioria penal de 15 para nove anos, antes de dezembro.

Duterte foi eleito em maio, após uma campanha na qual prometeu erradicar as drogas matando milhares de pessoas, alegando

que o país corria o risco de se converter em um narcoestado.

Também prometeu preencher as brechas do sistema judicial que, segundo ele, permitem que os traficantes de drogas utilizem menores como mulas.

"Adultos criminosos utilizam de forma deliberada menores de 15 anos para cometer crimes como o tráfico de drogas", declarou Pantaleon Alvarez, um dos defensores do texto.

Duterte propôs reduzir a maioria penal para 12 anos, mas seus aliados querem ir mais longe.

ONU

O Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, lembrou o governo filipino de suas obrigações internacionais. Manila é signatária da convenção da ONU sobre os direitos das crianças que estabelece que a idade penal não pode ser inferior a 12 anos.

"A prisão não é um lugar para crianças. É alarmante mandar crianças a instituições" penitenciárias, declarou o Unicef à AFP. "Seria um retrocesso por parte do governo filipino", acrescentou.

Várias associações lançaram a campanha #ChildrenNotCriminals (crianças não são criminosos) para pedir aos representantes que não apoiem o projeto de lei.

"É injusto acusar as crianças. O resultado será crianças transformadas em criminosos reincidentes", declarou Ernesto Almocera, da Plan International Philippines.

Os defensores dos direitos dos menores pediram a Duterte que se concentre nas causas da delinquência dos menores, como a pobreza, a ausência dos pais ou a falta de educação, em vez de na redução da maioria penal.

Assunto: Operação da Polícia Federal combate pornografia infantil em 16 estados

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 22/11/2016



A Polícia Federal está cumprindo hoje (22) 70 mandados de busca e de prisão contra pessoas suspeitas de distribuição pornografia infantil. As ações ocorrem nos estados de Alagoas, Pernambuco, do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia, Paraíba, do Pará, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, de Santa Catarina, São Paulo e do Paraná.

Durante as investigações, os policiais anteciparam a execução de sete ordens judiciais para evitar a possibilidade de abuso sexual de crianças. Elas ocorreram no Paraná, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Os investigados são suspeitos de distribuição de fotos e vídeos com conteúdo pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. As ações desta terça-feira dão continuidade à Operação Darknet, realizada em 2014.

Segundo a PF, a operação tem como objetivo combater uma rede de distribuição de pornografia infantil na chamada Deep Web, conhecida com a internet segura para divulgação de conteúdo de forma anônima. “A arquitetura desse ambiente impossibilita a identificação do ponto de acesso (computador), ocultando o real usuário que acessa a rede. Poucas polícias no mundo obtiveram êxito em investigações na Dark Web, como o FBI, a Scotland Yard e a Polícia Federal Australiana”.

Assunto: Suspeito detido por pedofilia na internet é liberado após pagar fiança

Fonte: Portal G1 PE

Data: 22/11/2016



Operação Darknet II no Grande Recife foi deflagrada pela PF

computadores para participar de um jogo on-line. Assim, conheceu uma pessoa de São Paulo e passou a compartilhar material pornográfico infantil.

O mandado de busca e apreensão foi cumprido, às 6h, na residência do suspeito, que tem 34 anos. A casa fica em Maraguape II, em Paulista, no Grande Recife.

A princípio, a PF havia informado que o homem autuado era um universitário. Depois do depoimento prestado na sede da corporação, na área central da capital, confirmou que se trata de um técnico em informática.

A Operação Darknet II em Pernambuco mobiliou seis policiais federais. A ordem judicial partiu da 4ª Vara da Justiça Federal no estado. Foram apreendidos um notebook, um celular, quatro discos rígidos e três pen drives. No rastreamento, os policiais detectaram arquivos de fotos e vídeos com material pornográfico infantil.

A casa do morador de Paulista foi um dos locais com mandado de busca e apreensão emitidos para a Operação Darknet II, deflagrada em 16 estados. Ao todo, a PF cumpriu 70 mandados de prisão e de busca e apreensão domiciliar.

Além de Pernambuco, a Operação Darknet II mobilizou policiais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Mais de 300 policiais

O suspeito detido pela Polícia Federal em Pernambuco durante a Operação Darknet II, deflagrada na manhã desta terça-feira (22) para desarticular uma rede nacional de pedofilia na internet, vai responder ao processo em liberdade. De acordo com a PF, ele foi autuado em flagrante por possuir ou armazenar fotografia e vídeo com cena de pornográfica envolvendo criança ou adolescente, mas teve o direito de pagar uma fiança de R\$ 1 mil.

No interrogatório, o suspeito informou que criou um perfil falso na rede mundial de

federais integram a segunda fase da ação. São investigadas 67 pessoas suspeitas de trocarem e distribuírem fotos e vídeos com conteúdo pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

Sete ordens judiciais foram antecipadas durante a investigação para evitar o possível abuso de crianças no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Paraná. Conforme a PF, desde a primeira operação da Darknet, em 2014, é desenvolvida uma metodologia para investigar e identificar usuários da chamada Deep Web, considerado um meio para divulgação de conteúdos de maneira anônima.

Ainda de acordo com a Polícia Federal, estes ambientes virtuais são arquitetados para impossibilitar a identificação do ponto de acesso (IP) ao ocultar o real usuário que acessa a rede.

Darknet

No dia 17 de outubro de 2010, um jovem de 21 anos que trabalhava como educador social em uma organização não-governamental (ONG) que atende crianças em Olinda, no Grande Recife, foi preso pela PF. Ele era alvo da Operação Darknet. Em todo o país, a ação prendeu 53 pessoas.

A prisão aconteceu no bairro de Jardim Atlântico. Os peritos criminais federais encontraram milhares de vídeos e fotos de crianças sendo abusadas sexualmente.

Foram apreendidos dois discos rígidos do suspeito, que foi autuado em flagrante por possuir ou armazenar fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente. Se condenado, ele pode pegar de 1 a 4 anos de reclusão.

Assunto: UNICEF alerta para violações dos direitos da criança em conflitos armados

Fonte: ONU

Data: 22/11/2016



O Dia Universal da Criança, lembrado pela ONU em 20 de novembro, é uma oportunidade de renovar o compromisso com a proteção dos direitos de cada criança, que estão sendo constantemente violados em conflitos armados pelo mundo todo, na avaliação do diretor-executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Anthony Lake.



Crianças em uma sala de aula com tendas fornecidas pelo UNICEF, no campo Gire 2 para as pessoas deslocadas internamente perto de Yola, a capital de Adamawa, na Nigéria

“O Dia Universal da Criança é mais do que um dia para celebrar as crianças em todos os lugares. É uma oportunidade anual para renovar nosso compromisso de proteger os direitos de cada criança”, disse o diretor-executivo do UNICEF em mensagem para o dia.

“Direitos universais e inalienáveis que o mundo prometeu proteger neste dia em 1989, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança. Direitos à dignidade e à segurança. Ser tratada de forma justa e viver livre de opressão. Para ter uma oportunidade justa na vida”, declarou.

Segundo Lake, a “a saúde e a alma” de todas as sociedades dependem não apenas da forma como esses direitos são reconhecidos, mas postos em prática. “Neste Dia Universal da Criança, devemos confrontar a incômoda verdade de que, ao redor do mundo, os direitos de milhões de crianças estão sendo violados todos os dias”.

“Eles estão sendo violados no leste de Aleppo e em outras áreas sitiadas através da Síria, onde as crianças são privadas de alimentos, água e cuidados médicos. Eles estão sendo violados no Iêmen, onde as crianças estão morrendo porque não podemos chegar a milhares delas com alimentos terapêuticos para tratar a desnutrição aguda — e onde a cólera agora ameaça mais vidas jovens”.

De acordo com o chefe do UNICEF, os direitos das crianças também não estão sendo respeitados no nordeste da Nigéria, onde as crianças — especialmente as meninas — são ameaçadas por extremistas que roubam sua infância.

“Eles estão sendo violados no Sudão do Sul, onde milhões de crianças estão enfrentando uma grave crise nutricional e o país enfrenta a perspectiva de atrocidades generalizadas. Eles estão sendo violados ao redor do mundo, em cada país, onde quer que as crianças sejam vítimas de violência, abuso e exploração.”

Para Lake, os direitos são violados onde quer que as crianças sejam privadas de educação ou lhes seja negada a oportunidade de aproveitar ao máximo seu potencial por causa da raça, religião, gênero, grupo étnico ou porque vivem com uma deficiência.

“Como essas crianças aprenderão a respeitar os direitos dos outros se seus próprios direitos são violados? Como elas verão o mundo, e sua responsabilidade para com ele? Essas crianças são os futuros líderes de suas sociedades. Os futuros motores de suas economias nacionais. Os futuros pais e protetores da próxima geração”, afirmou.

“Quando nós protegemos seus direitos, não estamos apenas impedindo seu sofrimento. Não estamos apenas salvaguardando sua vida. Estamos protegendo nosso futuro comum”, concluiu.

O Dia Universal da Criança foi estabelecido pelas Nações Unidas em 1954 e é celebrado para promover a convivência internacional, a conscientização das crianças em todo o mundo e a melhoria do bem-estar de meninas e meninos.

Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança. O Brasil é signatário da Convenção e ratificou esse tratado de direitos humanos no dia 24 de setembro de 1990.

Assunto: Procuradoria pede reclassificação para tortura de crime contra menor de 14 anos

Fonte: Diário de PE

Data: 23/11/2016



O subprocurador-geral da República Roberto Luís Oppermann Thomé enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) parecer pelo acolhimento de Agravo em Recurso Especial (AREsp) para revisão de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que desclassificou como lesão corporal crime de tortura cometido por policiais militares estaduais contra adolescente.

As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República. Segundo o processo, o crime ocorreu em dezembro de 2007, depois de a vítima, adolescente então com 14 anos e com distúrbios mentais, ter discutido com motorista de ônibus escolar e atirado uma pedra, quebrando um vidro do coletivo.

O motorista ligou para seu irmão, policial militar que, mesmo não estando em serviço, prontamente entrou em contato com colegas. Eles se deslocaram ao local da ocorrência, algemaram o adolescente e o conduziram à Delegacia de Polícia do Município de João Câmara.

O garoto foi "mantido ilegalmente preso, sem comunicação ao juízo e a familiares, em cela com outros dois detidos maiores de idade, e submetido a uma sessão de socos, pontapés e golpes de cassetete desferidos pelo policial de folga, sofrendo escoriações, hematomas e ferimentos inclusive na cabeça, enquanto os outros dois policiais militares se omitiram".

A chegada da mãe do adolescente impediu que as agressões continuassem. Nos dias seguintes, o menor apresentou "quadros convulsivos e muitas dores de cabeça".

Os policiais foram denunciados em 2009 por crime de tortura, conforme previsto na Lei 9.455/97.

A juíza da 7ª Vara Criminal de João Câmara, após instrução reconhecendo a prática de tortura, condenou os policiais militares com base na Lei nº 9.455/97.

Oziel Leonardo da Silva foi condenado a dois anos e seis meses de reclusão, à perda de seu cargo público e à inabilitação de exercício de função pública pelo dobro desse lapso temporal; e José Francisco de Lima e Antônio Cláudio do Nascimento, cada um, a um ano e dois meses

de detenção por se omitirem no exercício funcional diante do crime de tortura presenciado.

Todos os réus recorreram ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que acolheu em parte apenas a apelação de Oziel para desclassificar a conduta criminosa de tortura para lesão corporal e redimensionar sua condenação a sete meses de detenção em regime aberto e multa.

A Corte estadual desproveu as demais apelações; com base no artigo 580 do Código de Processo Penal, fixou a cada um dos corréus pena de 5 meses e 20 dias de detenção em regime aberto e pagamento de multa pelo mesmo crime de lesões corporais, declarando extinta a punibilidade dos crimes.

Parecer

Em sua manifestação, o subprocurador-geral Oppermann Thomé ressaltou que é "indiscutível e cabal a prova de materialidade e absolutamente nítida a intenção de aplicar ilegal, abusivo, despropositado e criminoso 'corretivo/castigo' ao adolescente".

Para Thomé, ficou configurado "de modo iniludível tortura por policiais militares, crime que se revela hediondo". "Detiveram ilegalmente e espancaram/permitiram que se espancasse preso, jovem (ainda que infrator)", assinala o subprocurador.

"A indevida desclassificação implicou pífia condenação de agentes policiais a penas insignificantes que ensejaram absoluta impunidade por tão abjeta conduta, dada a conseqüente e equivocada extinção da punibilidade delitiva, configurando total escárnio ao princípio da dignidade humana e direitos do preso", escreveu.

Ao opinar pelo provimento do Agravo, o subprocurador-geral salientou que a "nefasta conduta deve ser novamente reenquadrada no crime tipificado no artigo 1.º, inciso II, §2º, §4º, incisos I e II, e §5º, da Lei 9.455/1997 por que foram condenados todos os réus pelo juízo competente e próximo aos fatos em primeiro grau".

Assunto: Casal que criou neto como filho e dependia dele tem direito a receber pensão por morte

Fonte: STJ

Data: 23/11/2016



A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) para assegurar o pagamento de pensão por morte do INSS a um casal que criou um neto como se fosse seu próprio filho.

O caso envolve uma criança que ficou órfã aos dois anos de idade e foi criada pelos avós. Ao atingir a maioridade, tornou-se responsável pelas despesas da casa. Com seu falecimento, em 2012, os avós requereram a concessão do benefício de pensão por morte, o que foi negado pelo INSS.

Os avós ingressaram então com uma ação na Justiça e conseguiram sentença favorável. O INSS apelou ao TRF3, que reformou a sentença para negar o pedido. Inconformados, os avós recorreram ao STJ. A relatoria desse recurso coube ao ministro Mauro Campbell Marques, da Segunda Turma.

Fatos incontroversos

O ministro ressaltou que a pensão por morte está prevista nos artigos 74 a 79 da Lei de Benefícios, regulamentados pelos artigos 105 a 115 do Decreto 3.048/99. “É devido exclusivamente aos dependentes do segurado falecido, com o intuito de amenizar as necessidades sociais e econômicas decorrentes do evento morte no núcleo familiar”, afirmou.

O relator lembrou que o benefício é direcionado aos dependentes do segurado, divididos em classes, elencados no artigo 16 da Lei 8.213/91, rol considerado taxativo, que determina a qualidade de dependente pela previsão legal e pela dependência econômica, sendo que a segunda classe inclui apenas os pais.

“No caso concreto, são incontroversos os fatos relativos ao óbito, a qualidade de segurado, a condição dos avós do falecido similar ao papel de genitores, pois o criaram desde seus dois anos de vida, em decorrência do óbito dos pais naturais, e a dependência econômica dos avós em relação ao segurado falecido”, avaliou o ministro.

Condição verdadeira

Mauro Campbell Marques considerou que não deve prevalecer o fundamento adotado pelo TRF3 segundo o qual a falta de previsão legal de pensão para os avós não legitima o reconhecimento do direito ao benefício previdenciário.

“Embora os avós não estejam elencados no rol de dependentes, a criação do segurado falecido foi dada por seus avós. Não se trata de elastecer o rol legal, mas de identificar quem verdadeiramente ocupou a condição de pais do segurado”, justificou o relator ao conceder o benefício, decisão que foi seguida por unanimidade pelos demais ministros da Segunda Turma.

Assunto: Conselho Nacional dos Direitos Humanos e organismos de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente realizam missão conjunta

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos

Data: 23/11/2016



Após sequências de violações, rebeliões e mortes de adolescentes no Sistema Socioeducativo de Pernambuco, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou na sua última reunião ordinária – que ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro –, a criação de um Grupo de Trabalho para realização de missão emergencial no Estado nos próximos dias 24 e 25 de novembro, que contará também com a participação de outros organismos nacionais e estaduais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

As denúncias de recorrentes violações de direitos humanos por parte da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) de Pernambuco foram encaminhadas ao CNDH pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), e reiteradas pela Promotoria de Justiça da Cidadania de Caruaru, município onde ocorreu, no último dia 30 de outubro, rebelião que resultou na morte de sete adolescentes.

Segundo o GAJOP, que realiza frequentes inspeções nas unidades socioeducativas do Estado de Pernambuco e esteve no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Caruaru no dia 7 de outubro, o clima verificado na unidade era muito tenso. “O nosso relatório já apontava risco iminente de rebelião, que foi o que de fato aconteceu na noite do dia 30 de outubro, resultando na morte trágica de sete adolescentes”, afirma Edna Jatobá, coordenadora executiva do GAJOP.

De acordo com o relatório da visita realizada pelo GAJOP no dia 31 de outubro, logo após a rebelião, a direção e a segurança do CASE afirmam que, além do número reduzido de agentes socioeducativos, tem dificuldades com agentes sem perfil atuando na unidade, e que isso tem comprometido toda tentativa de trabalho socioeducativo.

As denúncias feitas pelos adolescentes durante a visita também dão conta de que agressões verbais são constantes, com a utilização de expressões como “lixo da sociedade”, “bandidos”, “merecem morrer” e “demônios”. Ainda, segundo relatos dos internos, ocorrem identificações de alguns adolescentes com situações que tendem a tensionar suas relações com os demais como “esse é x9”, “tarado” e “bate na mãe”.

“Todas as agressões físicas e psicológicas são atribuídas aos agentes socioeducativos, indivíduos que se encontram distribuídos nas equipes dos plantões. Todas essas situações contam com a omissão de diretores, gestores e presidência”, cita o relatório.

Para a presidente do CNDH, Ivana Farina, é urgente a necessidade de zelar pela dignidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. “Não é admissível que, além de estarem em situação de privação de liberdade, estes adolescentes sejam submetidos a

tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, contrariando completamente o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA”, declara a presidente, que também denuncia como grave a ausência de atividades socioeducativas nas unidades de todo o país, que permitiriam aos adolescentes educação e a ressocialização.

O GAJOP reforça que há uma enorme distância entre a prática institucional da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco e os princípios legais preconizados no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). “Por isso apresentamos as denúncias ao Ministério Público de Caruaru e chamamos o CNDH e outras autoridades relacionadas com o tema para acompanharem de perto a situação de completa falência do sistema socioeducativo de Pernambuco e nos ajudarem a buscar soluções”, afirma Edna Jatobá.

Composição e roteiro da missão

A programação da missão inclui visita a duas unidades socioeducativas, reunião com o Ministério Público e reunião com a Rede Estadual de Atenção à Criança e ao Adolescente (roteiro completo abaixo).

A missão será composta por representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/PE), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE), do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CPCT/PE) e da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

Programação completa:

24/11/2016 (quinta-feira):

9h: Reunião com a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente
Endereço: Rua Corrêa de Araújo, 93, Graças – Recife

14h: Visita à unidade socioeducativa

17h: Reunião com o Ministério Público de Pernambuco

25/11/2016 (sexta-feira)

9h: Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco
Endereço: Rua da Aurora, 631, Boa Vista – Recife

14h: Entrevista coletiva
Endereço: Rua do Sossego, 432, Boa Vista – Recife

15h30: Visita à unidade socioeducativa

Assunto: Taxa de casamentos precoces na América Latina preocupa, diz especialista

Fonte: Diário de PE

Data: 24/11/2016



Na América Latina e no Caribe quase 20% das adolescentes são casadas ou vivem com seu companheiro, muitas vezes de forma forçada, afirmou nesta quarta-feira, no Panamá, uma especialista da ONG Plan International, que situou o Brasil como o quarto país da região com maior registro de meninas nesta situação.

"Dezenove por cento das meninas de 15 a 19 anos, ou seja, uma em cada cinco, são casadas ou em união precoce na América Latina e no Caribe", disse à *AFP* Emma Puig, da Bellacasa, especialista regional de programas de igualdade de gênero e inclusão social da Plan International.

Esta situação é "preocupante" porque as meninas "são obrigadas a se casar muitas vezes com homens mais velhos que abusaram delas ou as violentaram", acrescentou Puig.

Em decorrência deste abuso, as menores engravidam e são obrigadas a se casar, razão pela qual deixam a escola e ficam expostas a sofrer maus-tratos, alertou a especialista.

Segundo esta organização, especializada em defender os direitos da infância, a Nicarágua é o país onde mais meninas se casam ou vivem com companheiros antes da maioridade (41%). O país é seguido de República Dominicana (40%), Honduras (39%), Brasil (36%), Guatemala (30%), El Salvador (25%) e México (23%).

A situação se agrava nas zonas rurais e nas famílias e poucos recursos, segundo a especialista, que pediu maior visibilidade deste problema na região e mais compromissos por parte dos governos para solucioná-lo.

As declarações de Puig foram feitas às vésperas do Dia Mundial da Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro.

Assunto: Conselho Nacional de Direitos Humanos cria grupo de trabalho e visita unidades socioeducativas de Pernambuco

Fonte: Diário de PE

Data: 24/11/2016



Depois de registrar 11 mortes de adolescentes em cinco dias em duas unidades, em outubro, o Sistema Socioeducativo de Pernambuco escancarou suas falhas. Além da superlotação, o desacordo entre a metodologia indicada pelas normas nacionais e aquela usada em Pernambuco é um ponto que preocupa o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP). Depois de uma série de visitas que resultaram em um relatório entregue à gestão, o GAJOP acionou o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que nos próximos dias fará visita às unidades e se reunirá com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Além do Grupo de Trabalho do CNDH, participam da missão representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/PE), do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE), do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CPCT/PE) e da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

“A gente vem avaliando a situação do socioeducativo há um tempo. Avaliamos que não existe nenhum compromisso do estado com relação à ressocialização desses jovens. Esgotamos o diálogo que se podia fazer, entregamos relatórios alertando sobre a possibilidade de rebeliões e dias depois morreram sete jovens em Caruaru. Em Timbaúba, mais quatro. Onze jovens mortos sob a tutela do estado”, explica a coordenadora executiva do GAJOP, Edna Jatobá.

A visita foi marcada depois de uma denúncia formal feita ao CNDH e ao CONANDA, relatando a situação do estado e anexando os documentos elaborados até ali. Como resposta, o conselho marcou as diligências que ocorrem nos próximos dias.

“O estado tem se mostrado incapaz de gerir a política do sistema socioeducativo hoje”

Técnico do GAJOP, Romero Silva diz que os levantamentos mostraram que o governo não segue as normas que norteiam o funcionamento do sistema, definidas através da legislação. Ele explica que as falhas abrangem várias instâncias, que vão desde o alojamento dos adolescentes e da infraestrutura, até as metodologias de ressocialização usadas nestas unidades.

“Diante de tudo que temos, digo com muita tranquilidade que o estado tem se mostrado incapaz de gerir a política do sistema socioeducativo hoje”, lamenta o técnico que ainda reclama da falta de respostas da gestão “Até o momento não houve nenhuma resposta que seja

objetiva. Por isso essa missão conjunta, para que o estado seja pressionado por instâncias nacionais. A gente precisa de uma resposta”, declara.

Assunto: Projeto “Amparando Filhos” faz sucesso em Goiás ao ajudar crianças e mães encarceradas

Fonte: IBDFAM

Data: 24/11/2016



Proteger integralmente crianças e adolescentes, combater a desestruturação familiar e a estigmatização. Estes são os principais objetivos do projeto “Amparando Filhos: Transformando Realidades com a Comunidade Solidária”, idealizado pelo Juiz Fernando Chacha, e vencedor do 5º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria “Trabalhos dos Magistrados”. O projeto já está sendo desenvolvido em 10 comarcas do Estado de Goiás e beneficiando cerca de 400 mães e 600 filhos.

“Aproximadamente 55% das crianças que estão sendo assistidas possuem idades entre 0 a 10 anos e estão, em 57,3% das hipóteses, sob os cuidados dos avós, seguidos, em 16,9%, pelos pais. Um fator preocupante é que 47% das mães encarceradas nunca receberam quaisquer visitas de seus filhos. Esperamos que após implantado em todo o Estado, possamos amparar pouco mais de 4 mil pessoas diretas e indiretamente”, explica o juiz Fernando Chacha.

Conforme o magistrado, esse trabalho começou em julho de 2015, quando a equipe do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás soube de pesquisas norte-americanas que apontavam um grande risco: crianças e adolescentes que estavam com as mães encarceradas tinham 500% a mais de chances de seguirem os passos das genitoras. Deste modo, foi feito um mapeamento e descobriu-se que 48% das mães presas em Goiás tinham como maior delito o tráfico de drogas, e que em uma das prisões de Goiânia a pena média deste público era de 11 anos, sete meses e vinte dias de reclusão.

Segundo a ata do projeto, o rompimento da relação mães/filhos advindo da prisão materna têm diversos efeitos colaterais negativos. Os mais notáveis são a perda de seu principal cuidador primário (mãe) e, por isso, o afeto e cuidados, insubstituíveis, ocasionando, inclusive, abalos psíquicos, educacionais, interpessoais e psicológicos que podem, se não percebidos e acompanhados precocemente, perdurarem para toda vida adulta. Por estes motivos, o trabalho que está sendo realizado visa responder, com ações integrais e planejadas, três perguntas: com quem, onde e como ficarão estes filhos até o retorno de suas mães.

“A abordagem começa a partir do aprisionamento. Nós colhemos informações das mães, das crianças ou dos adolescentes e, por fim, do responsável de fato. Depois tracejamos uma linha de atendimento com medidas de proteção integral (assistencial, pedagógica, educacional, psicológica e material). Todos os atendimentos são realizados com profissionais da rede de proteção e o último (material) com apoio da sociedade civil. Quinzenalmente são realizadas visitas humanizadas, fora do estabelecimento prisional em algum órgão da rede de proteção, sem algemas, uniforme que as identifiquem ou revista íntima nos menores, prevalecendo papéis de mães e filhos”, explica Fernando Chacha.

A eficácia do trabalho tem chamado a atenção de outros estados e existe a expectativa de expansão do “Amparando Filhos”. Para os organizadores, a simplicidade da ideia pode facilitar a adaptação em outras regiões brasileiras. Já existe, inclusive, uma minuta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que visa levar a proposta para o restante dos tribunais e, portanto, do país. Na opinião da Procuradora de Justiça e Vice-Presidente da Comissão da Infância e Juventude do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Kátia Regina Maciel, a iniciativa é um instrumento valioso para atenuar a degradação e disfunção familiar como efeito do encarceramento da mãe.

“É um projeto bem-sucedido que compreende medidas essenciais de proteção aos filhos de mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade, de modo a efetivar uma transformação social, a partir da humanização do convívio entre mães detentas e seus filhos. Ele oferece suporte no processo de socialização das crianças filhas de detentas, por meio de assistência psicológica e material, e da manutenção do vínculo e contato materno em ambiente amistoso, propício para este processo de socialização”, explica.

Para ela, projetos como este garantem que crianças e adolescentes possam vivenciar a fase de detenção da mãe, com suporte psicossocial necessário, sem interromper o contato e vínculo de afetividade com a progenitora de forma apartada, cuidadosa e humanizada com o apoio dos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, além de monitorar a essencial regularização da guarda destas crianças junto à família extensa ou acolhedora.

“O IBDFAM pode auxiliar na ampliação do programa através de articulações e incentivo junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), para a elaboração de uma resolução nos moldes do “Amparando Filhos” absorvendo os princípios e suas diretrizes. Assim, a participação do Instituto no apoio e incentivo à aprovação deste projeto se coaduna com as propostas de valorização do afeto nas diversas modalidades de famílias”, revela.

A organização do programa está satisfeita com os primeiros resultados e espera poder ajudar ainda mais pessoas. “Tem sido absolutamente gratificante. Como agentes de transformação social estamos cumprindo nosso papel afetando positivamente na vida das pessoas atendidas. Há várias crianças e adolescentes sendo amparados e, conseqüentemente, as famílias que por estas estão responsáveis. Crianças estão tendo amplo atendimento dentro e fora da sala de aula e resgataram o ânimo para seguirem suas vidas desfrutando, mesmo temporariamente distante de suas mães, do momento único e ímpar: infância” conclui o juiz Fernando Chacha.

Sobre o prêmio

O prêmio AMAERJ foi criado em 2012 pela Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, em homenagem à juíza Patrícia Acioli, do Poder Judiciário do estado, assassinada em Niterói (RJ), em agosto de 2011.

Assunto: ‘Infância em famílias homoafetivas’ e Estatuto das Famílias em pauta no Senado Federal

Fonte: IBDFAM

Data: 24/11/2016



Foi aberto às 14h desta quarta-feira (23), no Senado Federal, painel sobre o tema “Infância em famílias homoafetivas – Questões afetivas, jurídicas e sociais”, encabeçado por Lídice da Mata, senadora e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Ao lado dela, também esteve presente Vera Aparecida Pavan Erthal Risi, presidente da Associação Brasileira de Terapia Familiar (Abratef). Ambas falaram sobre aspectos do Estatuto das Famílias (PLS 470/2013), projeto arquitetado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e proposto pela senadora. O evento é parte da IX Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se estenderá até a próxima sexta-feira (25), tendo como tema central ‘A Primeira Infância e os Desafios do Milênio’.

“Diante do cenário atual, em que muitas famílias buscam gerar seus filhos com as diversas e inúmeras possibilidades existentes, não cabe mais manter a filiação somente com base na identificação do vínculo genético. É preciso ter como foco principal a afetividade, que se encontra presente na definição de família hoje aceita juridicamente e que apresentamos em nosso projeto. Trata-se de uma nova figura jurídica, a filiação socioafetiva, que acabou se sobrepondo à realidade biológica”, revelou Lídice da Mata, em seu site oficial. A IX Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz conta com o apoio da Embaixada da França e de outros parceiros institucionais. O evento é voltado para representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como para pedagogos, educadores, profissionais da saúde, psicólogos, além do público em geral.

A Semana ainda trará à tona temas como o impacto no brincar e na vida em geral das crianças com a entrada da tecnologia no cotidiano infantil; a terceirização no cuidar e na mediação social das crianças; a importância da educação sobre transmissão transgeracional; as infâncias ainda invisíveis no País; e o impacto de separações parentais, tanto por divórcio quanto pela impossibilidade do convívio, especialmente da figura paterna. O evento se encerrará com o lançamento de livros sobre a primeira infância.

Estatuto das Famílias: porque todas famílias precisam e merecem

Família “doriana”, buscapé, tradicional, recomposta, binuclear. Independentemente da configuração, é premente entender que todas merecem especial apoio e proteção do Estado. Para que isso aconteça, o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM apresentou, em 2013, por meio da senadora Lídice da Mata, o Estatuto das Famílias (PLS 470/2013), no plural, a maior proposta em tramitação no Congresso para amparar todas as famílias. O texto do Estatuto das Famílias compreende todas as modernas e reais formas de composição familiar e suas implicações.

O objetivo é reunir, em um documento jurídico único, todas as normas relacionadas com o Direito das Famílias, permitindo tornar a Justiça mais ágil e conectada com a realidade familiar brasileira. As ações de família normalmente são as que mais abarrotam as defensorias públicas, o Ministério Público nos estados e tribunais de Justiça. Segundo o jurista Rolf Madaleno, diretor nacional do IBDFAM, o cidadão brasileiro deve defender a proposta do Estatuto das Famílias porque o projeto representa a modernidade de um verdadeiro e esperado diploma que regulamenta a realidade da família brasileira e contemporânea, considerando que o Livro do Direito de Família do Código Civil de 2002 já nasceu defasado e corroído pelo tempo que ficou em tramitação para ser aprovado 27 anos depois de sua criação, transformando-se em uma "colcha de retalhos", tanto que tão logo aprovado o vigente Código Civil já existia novo projeto de lei para alterar e aperfeiçoar vários de seus dispositivos.

Na apresentação do PLS 470/2013, a senadora Lídice da Mata defendeu que a atual legislação está ultrapassada em relação à realidade da família que, hoje, deixou de ser essencialmente um núcleo patrimonialista para dar lugar à livre manifestação do afeto. Segundo ela, é necessário adequar as regras às novas formatações que não são protegidas pela legislação atual. O Instituto busca dar mais visibilidade à proposta para que sejam realizadas audiências públicas com a sociedade, uma forma de ainda mais atender aos anseios das famílias brasileiras. O que levou o IBDFAM a criar o projeto de lei, de acordo com Rolf Madaleno, foi justamente a distância e contrariedade percebida entre o Código Civil, a Constituição Federal e os direitos esperados para uma família que se ancorava no tripé da igualdade dos filhos, dos sexos e na diversidade das entidades familiares, sendo fácil notar que até hoje o Código Civil em vigor apresenta ranços de uma família discriminada, como sucedia, por exemplo, com a presunção de paternidade inerente apenas ao casamento, e a ausência da filiação socioafetiva que segue discriminando ou priorizando a família biológica em comparação com a filiação socioafetiva, ou que ignorava a família homoafetiva.

O projeto foi atualizado e apresentado no Senado Federal em razão das constantes mudanças legislativas que ocorrem no País. Para Madaleno, foi importante atualizá-lo. “Talvez um belo exemplo de atualização da legislação possa ser buscado na Argentina que reescreveu o seu Código Civil e Comercial, com singular destaque para o Direito de Família, absolutamente moderno, coerente e consentâneo com a realidade e os anseios da família atual, tendo sido esta a proposta do Estatuto das Famílias”, garantiu. Os principais benefícios para a população brasileira com a aprovação do Estatuto das Famílias são, para ele, acima de tudo, um diploma de inclusão, que não mais discrimina.

“Fica difícil mencionar pontualmente as principais alterações verificadas no Estatuto das Famílias comparado com o Código Civil, mas com efeito, que a sociedade brasileira ganha com a sua aprovação legislativa, especialmente porque apresenta um direito de família atual, contemporâneo, contextualizando os fatos, os costumes, o comportamento social e preenchendo as lacunas que a evolução social deixou nítido no livro do Direito de Família do Código Civil de 2002. O Estatuto deixa de regulamentar o processo de habilitação para o casamento, uma regra administrativa e desfocado da função do Código Civil, assim como moderniza as ações e execuções de alimentos, trata do cadastro dos maus pagadores de alimentos, a investigação de parentalidade, mais ampla do que investigar apenas a paternidade, moderniza os regimes patrimoniais e elimina o natimorto regime da participação final nos aquestos, tal qual corta qualquer sopro de discussão acerca do fim da separação judicial ou extrajudicial, cuidando em cada linha e cada artigo de avançar e de modernizar, prestando um serviço de excelência à sociedade e à família brasileira”, garantiu.

Rolf explica que o Estatuto das Famílias defende a família, cuja entidade se constitui das mais diferentes formas, pois não há como considerar família apenas o modelo conjugal e disto já se dera conta a Carta Federal de 1988 ao abrir para uma visão plúrima de constituir família, e este foi o começo de uma importante mudança, mas que não termina nos modelos constitucionalmente citados, e não fosse assim, não teria o STF reconhecido uma entidade familiar na união homoafetiva. A família não está no modelo majoritário, também está no diferente, que não o torna menor e muito menos marginal, e como marginal vivemos anos excluindo o maior de todos os modelos de família, consistente no "concubinato", que depois a Carta Política redesignou de união estável. E conclui: "O Estatuto das Famílias representa a atualização e a contemporização do Direito de Família; representa incluir os excluídos, aceitar a diversidade; priorizar o afeto e reconhecer sua supremacia".

Assunto: II FONAJUP reúne juízes de todo o País para debater mudanças na área protetiva de crianças e adolescentes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 24/11/2016



Cerca de quarenta magistrados de 17 estados e do DF se reuniram no II Fórum Nacional de Justiça Protetiva - Fonajup, no dia 18/11, em Brasília, no auditório do Mercure Líder Hotel, para estudar, debater e consolidar propostas de mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente na área protetiva, na parte que trata de procedimentos para adoção e atualização das diversas estratégias voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. O evento recebeu apoio da Associação dos Magistrados da Infância e da Juventude – Abraminj e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Compuseram a mesa de abertura: Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (presidente do Fonajup), Renato Scussel (Abraminj), Morgana Dario Emerick (Vice-Presidente do Fonajup), Haroldo Rigo (Primeiro Secretário do Fonajup), Fabiana Gadelha (Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e da Cidadania - MJC) e Natália Camba Martins (representante da Autoridade Central Federal – SDH).

Em sua fala inicial, o presidente Scussel afirmou: “Precisamos mudar de alguma forma e que possamos contribuir com nossas experiências para o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça e da legislação da infância e da juventude, que é o nosso instrumento de trabalho”.

Após a abertura do evento, Fabiana Gadelha, diretora técnica da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do MJC apresentou as propostas da pasta e os pontos controvertidos merecedores de alteração legislativa, tais como prazos e procedimentos que abreviem a vida da criança nas entidades de acolhimento; a necessária estruturação de equipes de apoio jurídico e psicossocial aos juízes da infância e juventude; a entrega espontânea de crianças à Justiça pelas mães; a atuação dos grupos de apoio à adoção na preparação das famílias em processo de habilitação e no acompanhamento pós-adoativo.

Os juízes se dividiram em quatro grupos temáticos: apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados, acolhimento familiar, adoção internacional e entrega voluntária de filhos pelas mães. Os grupos discutiram e formularam consensualmente

sugestões a serem encaminhadas pelo Fonajup ao Ministério da Justiça e Cidadania, a fim de contribuir com o projeto de lei que a Pasta enviará ao Congresso Nacional. O Ministério abriu consulta pública em seu portal até dia 4/21 para receber as contribuições. As propostas trataram, essencialmente, de prazos e procedimentos necessários voltados ao encurtamento do tempo da criança na entidade de acolhimento, de modo a promover a célere decisão sobre seu retorno à família de origem ou colocação em família adotiva.

Apoio do CNJ

Estiveram presentes para estender apoio aos juízes, na parte da tarde, o ministro Lélío Bentes, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e presidente do Fórum Nacional da Justiça da Infância e da Juventude do CNJ - Foninj; Sandra Silvestre, juíza de direito auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e presidente do Grupo de Trabalho na área da infância e da juventude – GT/CNJ, juntamente com os magistrados que integram o grupo.

Ao se dirigir aos magistrados, Bentes declarou: "o objetivo da minha presença é trazer a palavra de reconhecimento e verdadeira admiração e colocar o CNJ à disposição de vocês. É fundamental que a sociedade brasileira possa contar com juízes e juízas com essa qualidade e com alto grau de determinação que enxergo em cada um de vocês. A expressão de apreço é minha, do grupo de conselheiros e da presidente que já afirmou que, em sua administração, a Infância é prioridade”.

A juíza Sandra Silvestre falou aos juízes sobre os planos do GT. “O projeto prioritário do atual corregedor do CNJ é, além da questão dos cadastros da infância e da juventude, a elaboração e programas, projetos de lei e de boas práticas, por meio da soma de esforços entre as justiças comum, federal e trabalhista, para atendimento conjunto na infância e da juventude. O GT pretende, até o final do ano, propor diretrizes nacionais para melhorar as condições de trabalho dos juízes da infância e da juventude. E, no ano que vem, queremos realizar *workshops* com o maior número de juízes possíveis”, disse.

Assuntos administrativos

Na parte da manhã do evento, o Fórum aprovou seu Regimento Interno e elegeu, por unanimidade, a juíza Katy Braun do Prado (TJMS) para ocupar o cargo de 2ª Secretária do Fonajup.

Assunto: Comissão da Infância e da Juventude da AMB debate mudanças no ECA

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 24/11/2016



No dia 17/11, a Comissão Legislativa da Infância e da Juventude, integrada por membros do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), e as secretárias da Infância e da Juventude da AMB, Ana Cristina Borba e Vera Lúcia Deboni, se reuniram na sede da entidade para elaborar uma proposta legislativa que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como forma de alternativa à redução

da maioridade penal.

A ação foi uma iniciativa da AMB, legitimada após avaliação e votação pelo Fonajuv, no último encontro realizado nos dias 18 e 19 de agosto, em Pirenópolis (GO). “O Fonajuv é contra a redução da idade penal do adolescente, por unanimidade. Por isso, após profunda e longa discussão nos últimos encontros, entendemos que é imprescindível a apresentação de uma alternativa inserindo mudanças naquelas situações que não se apresentam adequadas tanto para ressocialização do adolescente, como para diminuição da delinquência juvenil”, afirmou a juíza Ana Cristina Borba, que também é presidente do Fonajuv.

“A atual gestão da AMB garantiu apoio para que o trabalho fosse desenvolvido com ampla participação de juízes, além de ter auxiliado significativamente no diálogo com o Congresso Nacional, onde muito há por ser feito para que não haja retrocessos”, afirmou a magistrada Vera Lúcia Deboni.

Além das secretárias da Infância e da Juventude da AMB, participaram da reunião os magistrados Valéria da Silva Rodrigues, vice-presidente do Fonajuv, Lavínia Fonseca, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e Daniel Konder do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Assunto: Petrolina - Vara da Infância e Juventude realiza mutirão de audiência para combater violência em escolas

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 25/11/2016



Nesta sexta-feira (25/11), a Vara da Infância e Juventude de Petrolina promove audiência com 250 jovens para serem advertidos por atos de indisciplina e violência. Foram convocados alunos de 22 escolas públicas da rede estadual e municipal da cidade. A audiência ocorre a partir das 09h, no auditório do Júri no Fórum Manoel Francisco de Souza Filho.

O evento é uma etapa do programa Prevenção de Violência nas Escolas (Previne), desenvolvido pela unidade Judiciária da Infância e Juventude de Petrolina. A ação tem o objetivo de minimizar os índices de violência no ambiente escolar e alertar os pais sobre a necessidade de acompanhamento das atividades escolares dos filhos.

Para o juiz da Vara Regional da Infância e Juventude, Marcos Franco Bacelar, a ação contribuirá com a redução de ocorrências negativas nas escolas. “As medidas protetivas promovidas pela Vara da Infância contribuem para a redução de atos infracionais praticados por adolescentes, além de ajudar o professor em sala de aula”, explica o juiz.

Com essa ação, a unidade atinge a marca de 650 medidas protetivas promovidas nas escolas públicas de Petrolina em 2016. Os adolescentes convocados para a audiência assinarão atas com advertência formal juntamente com os seus responsáveis.

Assunto: Vara da Infância e Juventude do Cabo lança programa de apadrinhamento

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 25/11/2016



Cerimônia acontece nesta segunda-feira (28/11), às 9h, no Fórum da Comarca

A Vara Regional da Infância e Juventude do Cabo de Santo Agostinho lança oficialmente o Programa Farol de Apadrinhamento da Comarca. O evento acontece em 28 de novembro, às 9h, no Fórum Doutor Humberto da Costa Soares, localizado na avenida Presidente Getúlio Vargas, Centro da Cidade. A iniciativa busca proporcionar a

crianças e adolescentes que permanecem nas instituições de acolhimento sem a alternativa de serem reintegrados em sua família de origem e sem perspectiva de colocação em família substituta a construção de integração com a sociedade.

Segundo o juiz Rafael Cardozo, o programa de apadrinhamento possibilitará um acompanhamento melhor dos casos, ampliando as chances de êxito do projeto. “Há alguns anos, chegou a ser implementado na Vara um projeto-piloto. Agora, regulamentamos o programa e estamos lançando para dar início efetivo ao apadrinhamento no Cabo de Santo Agostinho. Vejo crianças há 8 anos no abrigo, crianças que possuem um imenso amor para dar e não têm quem receber. Do outro lado, vejo muitas pessoas da sociedade dispostas a dar muito amor. Então, o que o programa pretende é ser um facilitador para o encontro desses dois amores”, afirmou.

O apadrinhamento pode ser afetivo, material ou profissional. O afetivo tem por objetivo criar vínculos além da instituição, através do compromisso de acompanhar o desenvolvimento do afilhado por meio de visitas, passeios nos fins de semana ou comemorações especiais. O provedor é destinado a custear a qualificação pessoal e profissional dos acolhidos, com escolas, cursos profissionalizantes e práticas de esportes. Já o profissional é aquele que vai atender às necessidades institucionais de crianças e adolescentes, por meio da promoção de cursos ou serviços pelo padrinho de acordo com a sua especialidade de trabalho. Poderá ser escolhida mais de uma modalidade de apadrinhamento.

Mais – Nas comarcas pernambucanas que não possuem programas específicos de apadrinhamento, crianças e adolescentes também podem receber apoio afetivo, provedor e profissional através do Projeto Pernambuco que Acolhe. O programa, iniciado em 2016, é

desenvolvido pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-PE) através da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CIJ-TJPE).

Assunto: Parentes denunciam torturas e mortes no sistema socioeducativo de Pernambuco

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 25/11/2016



“O Estado entregou meu filho todo queimado, em um caixão de R\$ 250. Sete horas da manhã me ligaram para avisar que teve a rebelião e um dos mortos era meu filho. Encaminharam para o IML [Instituto Médico Legal] e eu fui reconhecer. Só isso, até hoje. Depois, vi fotos do meu filho algemado, nu, no pátio da unidade. Isso é socioeducativo? A direção e os agentes que fizeram isso, não foi simplesmente os adolescentes que mataram. Me falaram que ele estava de castigo. Tem precisão de colocar algema? ”.

Esse é o relato de Paulo Félix de Almeida, 44, pai de um dos adolescentes mortos na rebelião do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Timbaúba (PE), ocorrida no dia 25 de outubro. Ele é apenas uma das pessoas que apresentaram denúncias de graves violações de direitos humanos de jovens com menos de 18 anos que praticaram delitos e estão cumprindo medida em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Os depoimentos foram feitos nesta quinta-feira (24) para uma comitiva encabeçada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que começou hoje uma visita em Pernambuco para verificar denúncias contra o sistema do estado.

Da sociedade civil a membros de órgãos como o Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública de Pernambuco, todos os presentes foram enfáticos ao afirmar as péssimas condições do sistema no estado. Superlotação, torturas físicas e psicológicas, estupros, falta de materiais básicos como papel higiênico e material de limpeza, adolescentes levados para a aula algemados e ausência de atividades educativas foram alguns dos temas apresentados na reunião.

Em seu relato, proferido de pé no meio da comissão federal, Paulo contou ainda que essa não foi a única vez em que seu filho teve seus direitos violados. Em uma passagem anterior pelo sistema, há quatro meses, o jovem de 17 anos sofreu uma tentativa de estupro na unidade de Abreu e Lima. “A direção colocou meu filho numa sala para fazer a segurança dele, mas nem um porco ficava lá. Meu filho foi vítima e foi tratado como um bicho”, diz. O pai narra que foi avisado por um dos próprios adolescentes por meio de um celular clandestino. Quando ele chegou ao local, encontrou fezes e urina espalhadas na cela e não havia colchão. Por três dias o garoto dormiu em cima de um pano, segundo o soldador.

Estado não cumpre TAC

A crise no estado tem um histórico. O procurador de Justiça Francisco Salles, do Ministério Público de Pernambuco, expôs a luta para que um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2012, seja obedecido pelo Estado. “Sentei com o Estado por quase nove meses para construir o acordo. O estado de Pernambuco tirou o que pôde e já tinha descumprido dois

TACs antes desse, o primeiro de 2009. Ficou acertado dois anos para a construção de unidades de internação. Até hoje o acordo nunca foi cumprido”, diz. “Nesse período o Estado assassinou 32 adolescentes”.

Um dos momentos de maior comoção foi ocasionado pelo procurador. Depois de um relato repleto de palavras como “vergonha” e “fraude” para classificar o sistema socioeducativo, passou as fotos dos adolescentes mortos nas rebeliões de Timbaúba e Caruaru - local onde sete adolescentes morreram em uma rebelião no dia 30 de outubro . Jovens completamente queimados, alguns com as mãos amarradas e algemadas, e um deles com os membros amputados.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE) e coordenador da Infância e Juventude do órgão, Luiz Carlos Figueiredo, criticou ainda a falta de sistemas de Liberdade Assistida, responsabilidade dos municípios, e disse que uma das causas da violência e da superlotação das unidades é a internação de adolescentes que cometeram crimes menores, muitas vezes pela primeira vez.

“Um dos meninos mortos na rebelião estava preso por furtar um relógio”, disse. Figueiredo defendeu audiências concentradas nas unidades para reavaliar casos e a estruturação das redes municipais que permitam a adoção de medidas em meio aberto – já que, segundo ele, muitos juízes enviam jovens para o internamento porque não há outra alternativa.

Assunto: Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo defende desencarceramento

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 25/11/2016



O presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), Roberto Franca, chamou as unidades de internamento de crianças e adolescentes de “cárceres com nome bonito”, e criticou a ênfase na necessidade de construção de novas unidades. Para ele, é preciso investir no desencarceramento. Ele está no comando da Funase depois da exoneração do seu antecessor por causa das mortes em rebeliões. Franca participou dos depoimentos foram feitos nesta quinta-feira (24) para uma comitiva encabeçada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que começou hoje uma visita em Pernambuco para verificar denúncias contra o sistema do estado.

“Prender jovens é uma alternativa anômala. O Estatuto da Criança e do Adolescente fala que deve ser em último caso. O sucesso seria que eu reduzisse o número de internados. Claro que temos um déficit que precisamos atender, não sou ingênuo, mas é preciso investir em liberdade assistida”, defendeu. “Não vejo como recuperar jovens encarcerados como eu vi nas unidades, presos por 23 horas”. Ainda assim, o presidente foi questionado pela comissão federal sobre um plano de emergência para evitar novas rebeliões e respondeu que o documento deve sair até o fim do mês.



O presidente da Funase, Roberto Franca, chamou as unidades de internamento de crianças e adolescentes de “cárceres com nome bonito” Sumaia Villela/Agência Brasil

Franca anunciou também que busca junto ao governador Paulo Câmara (PSB) a realização do primeiro concurso público para agentes socioeducativos da Funase – desde a sua criação, em 2008, todos eles são contratados

por processo simplificado e tempo determinado, um dos pontos mais criticados. “O governador achou viável pensar no assunto. Não seria para todas as vagas, são 1,3 mil agentes, mas progressivamente”. Enquanto isso ainda devem sair novos processos simplificados de seleção para substituir agentes com o fim do contrato próximo. O fim da revista vexatória nas unidades também foi um compromisso firmado por Franca na reunião. “Esse ponto é inegociável”, garantiu.

Comissão perplexa

O coordenador da missão, conselheiro nacional de Direitos Humanos, Everaldo Patriota, não entrou em detalhes sobre as medidas a serem tomadas diante dos fatos narrados. “Nós vamos

sair dessa reunião perplexos, é uma situação desesperadora, mas a gente prefere fazer as visitas, ouvir mais e produzir o relatório”, diz.

O representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Vitor Cavalcante, diz que a situação do sistema socioeducativo em todo o país é crítica, mas “Pernambuco se destaca em meio a esse caos” e diz que as entidades estudam buscar apoio internacional para o caso do estado. “A gente pode acionar o Ministério Público Federal, e caso exista a necessidade também acionamos cortes interamericanas de direitos humanos para denunciar o estado de Pernambuco caso esse tipo de violação continue”.

Além desses dois órgãos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) enviaram representantes. Entidades estaduais também fazem parte da missão, que prosseguiu com uma visita – fechada à imprensa - ao Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Caruaru. Hoje ainda está prevista uma reunião com o Ministério Público de Pernambuco.

Na sexta-feira (25) será feita uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco para tratar do tema, com previsão de entrevista coletiva no início da tarde. A programação é encerrada com uma nova visita a outra instituição do sistema.

Assunto: Site do Tribunal de Justiça paulista esclarece dúvidas sobre adoção

Fonte: CNJ

Data: 25/11/2016



O site Adotar, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), traz informações sobre o tema e busca estimular a reflexão da população de que o ato, muito mais do que uma relação de afeto e solidariedade, é uma demonstração de amor incondicional.

A página conta com as áreas de perguntas frequentes, estatísticas, contatos das varas da Infância e grupos de apoio à adoção, além de vídeos com depoimentos de pais adotivos, crianças e especialistas no tema.

A ideia é ajudar pretendentes em todo o país. No Brasil, o procedimento de adoção não tem custo, bastando apenas tempo, comprometimento e dedicação dos interessados.

Assunto: Sala lúdica acolhe filhos de pais que participam audiências de conciliação

Fonte: CNJ

Data: 25/11/2016



O Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), por meio do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e cidadania (Cejusc), traz uma inovação para os pais que são partes em processos na XI Semana Nacional de Conciliação: uma sala lúdica, desenvolvida e organizada por profissionais para acolher as crianças, possibilitando que seus pais participem das audiências sem preocupações.



A voluntária Driely Val, estagiária de serviço social, explica que o acolhimento destas crianças evita que elas estejam presentes nas audiências e tenham contato com um ambiente mais adulto, o que não seria interessante. "Pensando nestas situações instalamos esta sala, que acolhe as crianças e é composta por voluntários da assistência social, psicologia, pedagogia, bem como por artesãos. Aqui, aprendem a pintar, confeccionar brindes, de forma que passam o tempo entretidas aguardando seus pais virem pegá-las", destaca a voluntária.

Sala Samara Sena – A sala lúdica recebe o nome do Instituto Samara Sena, que há cinco anos faz este trabalho de acolhimento a crianças em Teresina e em outros locais. "Este instituto é em homenagem a uma criança que teve um problema de saúde e se tornou um exemplo de superação por sua garra, luta e superação e é um símbolo deste nosso trabalho, que visa fortalecer a cidadania desde a infância. Assim, nós também colocamos estas crianças, que são partes em processos juntas com os pais, como símbolos de luta e nada mais salutar que acolhermos da melhor forma possível", completou.

Assunto: Delegações de 27 países da América Latina e Caribe debatem trabalho infantil em Fortaleza

Fonte: ONU

Data: 25/11/2016



OIT atua como Secretaria Técnica de iniciativa regional que busca acabar com o trabalho infantil na América Latina e no Caribe. Imagem: OIT

Na próxima segunda-feira (28), às 9h, cerca de 80 representantes de 27 delegações de países da América Latina e do Caribe se reunirão no Seara Hotel, em Fortaleza (CE), para a abertura de uma reunião anual cujo tema para 2016 é o papel da educação no combate ao trabalho infantil.

Atualmente, existem 12,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores na região, dos quais 9 milhões trabalham nas piores formas de trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Entre as autoridades confirmadas para a cerimônia de abertura, estão o diretor da OIT no Brasil, Peter Poschen; a vice-governadora do Ceará, Izolda Cela; a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Maria Teresa Pacheco Jensen; e a secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Maria do Carmo de Carvalho.

O evento acontecerá entre 28 de novembro e 2 de dezembro, no âmbito da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil (IR), com o objetivo de fortalecer a resposta dos países da região contra o trabalho infantil através da identificação de ações conjuntas prioritárias com a área da educação.

A experiência do Programa Estadual Aprendiz na Escola, realizado pela Secretaria de Educação (SEDUC) do Governo do Ceará, será apresentada durante a reunião como um modelo de boa prática a ser replicado por outros países. Além disso, o procurador do Trabalho

do Ministério Público do Trabalho do Ceará (MPT/CE), Antonio de Oliveira Lima, falará sobre o papel da escola no combate ao trabalho infantil.

A IR é um mecanismo de cooperação horizontal criado e gerido por governos de 27 países da América Latina e do Caribe, com a participação ativa das organizações de empregadores e de trabalhadores e com a atuação da OIT como Secretaria Técnica.

Durante a reunião, as delegações também discutirão um plano de trabalho para o próximo ano, além de definir um projeto de transição escola-trabalho voltado para países do Caribe e validar um novo marco para acelerar as políticas para a redução do trabalho infantil na região.

Programa Aprendiz na Escola

O Programa Estadual Aprendiz na Escola será apresentado às delegações internacionais na terça-feira (29), a partir das 14h30, pelo secretário de Educação Idilvan Alencar. No fim da tarde, os participantes do evento visitarão a Escola de Ensino Fundamental e Médio Walter de Sá Cavalcante para conhecer a iniciativa.

Criado em 2014, o programa oferece a jovens da 3ª série do Ensino Médio das escolas da rede pública estadual a oportunidade de qualificação e inserção profissional ainda dentro do ambiente escolar. Cerca de 2 mil estudantes em todo o Ceará já foram beneficiados com a qualificação profissional e mais de mil foram inseridos no mercado de trabalho.

“O diferencial do Aprendiz na Escola é que ele alia a aprendizagem à inserção do aluno no mercado de trabalho por meio da educação. O aluno passa três anos construindo saberes, desenvolvendo competências e habilidades para se tornar apto a entrar no mercado de trabalho”, afirma o secretário de Educação, Idilvan Alencar.

O programa é desenvolvido em escolas regulares de nove municípios cearenses. Atualmente, existem 14 turmas para os cursos de Operador de Loja e Varejo e Serviços Administrativos, com uma carga horária de 29 horas semanais. Além das disciplinas obrigatórias, os participantes têm acesso a aulas voltados ao mercado de trabalho e atuam como aprendizes nas empresas durante o contraturno. O contrato de aprendizagem é assinado por um ano e os jovens recebem todos os benefícios previstos pela legislação trabalhista.

“Do ponto de vista da empresa, além do caráter social, ela cumpre a cota prevista pela Lei da Aprendizagem com as contratações”, destaca Alencar. A SEDUC acompanha o desenvolvimento dos alunos durante todo o processo para garantir a formação qualificada dos participantes sem prejudicar a aprendizagem na escola.

Assunto: Pesquisa de Registro Civil do IBGE mostra queda da mortalidade infantil e redução de registros tardios

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 25/11/2016



A pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2015 mostra queda na mortalidade infantil e crescimento dos registros de nascimentos no país, com redução dos registros tardios. Outra novidade é o crescimento da representatividade de mães de bebês na faixa etária dos 30 aos 39 anos, e diminuição proporcional de mães na faixa dos 20 aos 25 anos.

A mortalidade infantil continua caindo: os óbitos de crianças com até 1 ano de idade passaram de 4,0% do total de óbitos registrados em 2005 para 2,5% em 2015; e na faixa até 5 anos, essa participação caiu de 4,8% para 3,0%.

Houve crescimento de 1,4% nos registros de nascimentos, que reflete aumentos em todas as regiões, exceto no Norte, onde houve queda de 0,3%. Embora o percentual de registros tardios (feitos até três anos após o nascimento) tenha caído de 9,4% (2003) para 2,6% (2012), o indicador permanece com percentuais de dois dígitos no Amazonas (12,6%), Amapá (12,6%), Pará (11,9%), Acre (11,6%) e Roraima (11,3%). Os dados evidenciam, também, o aumento da representatividade de mães com 30 a 39 anos (de 26,3% em 2010 para 30,8% em 2015).

Mortalidade infantil cai de 4,0% para 2,5% na faixa até 1 ano de idade

Houve aumento de 23,7% no volume de óbitos registrados no Brasil nos últimos 10 anos, passando de 992.477 registros em 2005 para 1.227.396 em 2015, em razão, sobretudo, do envelhecimento populacional.

Já a mortalidade infantil continuou caindo. Os óbitos de crianças com até 1 ano de idade passaram de 4,0% do total de registros de óbitos em (2005), para 2,5% em (2015); na faixa até 5 anos, essa participação caiu de 4,8% para 3,0%.

Em 1940, a mortalidade de menores de 1 ano alcançava 147,0 por mil, isto é, de cada 1.000 crianças nascidas vivas 147 não completariam o primeiro aniversário. Já a mortalidade das crianças de 1 a 4 anos era de 77,0 por mil. Em 1980, os óbitos de menores de 5 anos representavam 26,7% do total, enquanto os óbitos dos maiores de 65 anos representavam 34,4%. Mesmo assim, em razão do alto índice de fecundidade, a estrutura etária era extremamente jovem. Em 1991, a participação dos óbitos de menores de 5 anos caiu a 12,2% do total, enquanto óbitos do grupo de 65 anos ou mais passaram para 43,4%, um acréscimo de quase 10,0%.

O Registro Civil de 2000 mostrou que os óbitos de menores de 5 anos continuaram a cair, representando 6,9% do total e a participação dos óbitos dos indivíduos que faleceram com 65 anos ou mais se elevou para 48,8%.

Para os anos de 2010 e 2015, o estreitamento da base da pirâmide etária (redução dos nascimentos) e o alargamento do topo da pirâmide se acentuam consideravelmente, em razão do envelhecimento populacional. Assim, em 2015 os óbitos de menores de 5 anos representavam 3,0% do total, enquanto a participação dos óbitos de pessoas de 65 anos ou mais de idade chegou a 58,1%.

Registros de nascimentos tardios chegam a 12,8% no Amazonas, enquanto em São Paulo é inferior a 0,5%

Em 2015, foram registrados 2.945.344 nascimentos ocorridos em 2015, um aumento de 1,4% em relação a 2014. A maior contribuição absoluta para os nascimentos do país foi proveniente da região Sudeste, com 1.177.165 registros, embora essa região tenha apresentado a menor variação positiva em relação aos nascimentos de 2014 (0,9%). Regionalmente, houve crescimento nos nascimentos nas regiões Centro-Oeste (1,2%), Nordeste (2,3%) e Sul (2,4%). Ao contrário das demais regiões, o Norte apresentou uma variação negativa de 0,3%.

Em um intervalo de 9 anos o percentual de registros tardios efetuados até 3 anos após os nascimentos caiu de 9,4% (2003) para 2,6% (2012). A desigualdade regional desse indicador se manteve. Na região Norte, dos nascimentos ocorridos em 2012, Amazonas (12,8%), Amapá (12,6%), Pará (11,9%), Acre (11,6%), Roraima (11,3%) tinham percentuais de dois dígitos para os registros tardios, enquanto São Paulo (0,48%), Paraná (0,52%), Santa Catarina (0,55%), Minas Gerais (0,62%), Distrito Federal (0,64%) e Rio Grande do Sul (0,85%), registraram percentuais inferiores a 1,0%.

Nascimentos de mães na faixa de 30 a 34 anos ganham representatividade no total dos nascimentos

Em 2005, quase um terço (30,9%) dos nascimentos eram de mães de 20 a 24 anos. Entre 2005 e 2015, esse percentual se reduziu atingindo 25,14% dos nascimentos em 2015. Por outro lado, nesse mesmo período observa-se aumento da participação dos nascimentos de mães com 30 e 34 anos e 35 a 39 anos, que representavam, em 2015, 20,3% e 10,5%, respectivamente, evidenciando um envelhecimento no padrão de filhos nascidos vivos das mulheres brasileiras.

Regionalmente, o padrão dos nascimentos em 2015 mostra-se mais jovem na região Norte, com concentração dos filhos nascidos de mães de 20 a 24 anos, seguido do Nordeste, e Centro Oeste, chegando ao Sul e Sudeste, onde os nascimentos se concentram no grupo de 25-29 anos, com maior participação dos nascimentos das mães de 25-29 anos, relativamente às demais regiões do país.

Assunto: Comissão de Cidadania debate condições de funcionamento da Funase

Fonte: ALEPE

Data: 25/11/2016



“A situação das unidades socioeducativas de Pernambuco ultrapassou o caos.” Essa foi a declaração de Vitor Cavalcante, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que participou de audiência pública na Assembleia nesta sexta (25), promovida pela Comissão de Cidadania. Com o objetivo de fazer diagnóstico sobre as unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), o encontro reuniu integrantes da sociedade civil e representantes do Governo Estadual. Como encaminhamento, um relatório será construído pelo colegiado para garantir o avanço nas pautas do debate.

A audiência pública foi motivada, sobretudo, pelas rebeliões e mortes ocorridas na Funase nos últimos anos. Entre 2012 e 2016, 40 jovens morreram dentro das unidades. Somente este ano, houve registro de óbitos em Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho (RMR), Timbaúba (Mata Norte) e Caruaru (Agreste). “Estamos reunidos aqui porque é preciso um esforço coletivo para reverter esse cenário”, declarou o deputado Edilson Silva (PSOL), presidente da Comissão.

Entre os principais problemas apontados, a precariedade da contratação e formação de agentes, a superlotação e, o mais grave, a ausência de ações socioeducativas. Diante da situação, o representante do Conanda afirma que “Pernambuco não tem sistema socioeducativo”. “Os reeducandos não vão à escola, porque não existem agentes suficientes para levá-los. Na verdade, não há sequer profissionais suficientes para contê-los”, frisou.

“É preciso dissociar a representação do agente da Funase do agente do sistema prisional, porque são coisas completamente diferentes”, defendeu Romero Silva, do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop). Nesse sentido, a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Maria de Lourdes de Andrade, falou da necessidade de reordenamento do modelo arquitetônico das unidades: “Esses lugares mais parecem prisões. Difícil promover a ressocialização desse jeito”. Já Maria do Carmo Tabosa, representante da Defensoria Pública de Pernambuco, ressaltou a urgência do “fim da revista vexatória, por ferir a dignidade e coisificar o adolescente”.

Centrando seus comentários na natureza dos contratos dos agentes socioeducativos, o promotor da Infância e Juventude da Capital Josenildo da Costa afirmou que “é nisso que reside boa parte dos problemas da Funase”. “É um ato flagrantemente inconstitucional no Estado a contratação desses profissionais de forma temporária, em detrimento de criar o cargo dentro da administração”, analisou. “A pressuposição de que esses agentes vão cometer atos

ilícitos e que, por isso, é melhor mantê-los sob um regime mais precário de contratação é um verdadeiro preconceito institucional”, completou.

Em defesa da categoria, o deputado Joel da Harpa (PROS) chamou a atenção para a especialidade do trabalho do agente socioeducativo. “Infelizmente, hoje, não estão qualificados para lidar com esses jovens. ” Ele também cobrou a realização de concurso público. “Desde a época da Febem, não são realizadas seleções. A própria gratificação pela execução de trabalhos sob risco de vida, prevista na Lei Estadual nº 15.297/2014, não é cumprida”, criticou.

O secretário estadual de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude, Isaltino Nascimento, pontuou que a Funase divide a responsabilidade com outros órgãos e não deve tratar sozinha desse tema. “A Funase não determina internação de ninguém, inclusive pareceres técnicos da fundação revelaram várias internações que não se justificavam. Tem interno na Funase por furto de celular”, afirmou. Nesse sentido, também cobrou dos municípios ações integradas que contribuam para evitar as infrações. O secretário trouxe, ainda, o dado de que a capacidade de internações das unidades está ultrapassada. “Só seria possível receber 702, mas temos 1146 jovens. ”

Acerca das críticas, Isaltino avaliou que o sistema socioeducativo está funcionando no Estado. O secretário também destacou que “o governador Paulo Câmara tem feito grande esforço para garantir a ressocialização dos jovens”. Entre as ações estaduais com esse objetivo, ele citou o Projeto Cine Arte Social, que visa à implantação da cultura de paz. “Pernambuco foi, no dia 17 de julho, o primeiro Estado a ampliar o número de atendidos em programas de jovem aprendiz para socioeducandos e egressos. De lá para cá, já contabilizamos 40 jovens atuando com carteira assinada, o que contribui para melhorar a sua autoestima”, completou.

FUNASE – Pernambuco conta com 23 unidades da Funase, das quais oito são de internação. Somente no ano passado, 8.632 jovens ingressaram no sistema socioeducativo do Estado. O ato infracional com maior incidência entre eles é o roubo, responsável por quase metade das internações (44%), seguido de tráfico de entorpecente (22%), homicídio (9%) e tentativa de homicídio (4%).